

O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO NA CIDADE DE VITÓRIA: UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SETOR

Grece Teles Tonini
Carlos Nazareno Ferreira Borges
Keni Tatiana Vazzoler Areias

RESUMO

A pesquisa investigou a partir de atores denominados como representativos dos munícipes - a relação de influências recíprocas entre Esporte e Cidade, tomando como foco a cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, e cinco modalidades fomentadas pela Lei Jaime Navarro de Carvalho, implementada no mesmo município. Tendo como foco a Lei N 5892 específica para alto rendimento – e seus impactos esperados sobre a Cidade e sobre o Esporte, encontramos uma relação frágil entre o Esporte de alto rendimento e a cidade de Vitória devido à carência em eficácia e efetividade social de tais Políticas.

Palavras-Chave: Esporte; Cidade; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The research investigated from actors called as representatives of residents – the relation of reciprocal influences between Sport and City, taking as focus the city of Vitória, capital of the State of Espírito Santo, and five arrangements encouraged by the law Jaime Navarro de Carvalho, implemented by the same council. Having as focus the law N 5892 specific for the high yield – and its expected impacts about City and Sport, we found a fragile relation between high yield Sport and the city of Vitória due to a lack in social effectiveness and efficiency of such policies.

Keywords: Sport; City; Public Policies.

RESUMEN

La Búsqueda investigo a partir de personas que actuaran como representantes de los habitantes del municipio – la relación de influencia recíproca entre Deporte y Ciudad, usando como foco la ciudad de Vitória, capital del Estado del Espírito Santo, y cinco modalidades fomentadas por la Ley Jaime Navarro de Carvalho, ejecutada en lo mismo municipio. Manteniendo como foco la Ley N 5892 especificada para alto rendimiento – y sus impactos esperados sobre la Ciudad y sobre el Deporte, encontramos una relación frágil entre el Deporte de alto rendimiento y la ciudad de Vitória debido a la carencia en eficacia y efectividad social de estas Políticas.

Palabra-Clave: Deporte; Ciudad; Políticas Públicas.

Introdução

O Esporte tem sido instrumento até mesmo para encobrir tragédias políticas, corrupções e falcatruas do governo. Enfim, o Esporte, afeta o país em proporções políticas, sociais e econômicas. Devido a isto o presente trabalho representou justamente um esforço de

contribuição por meio de um estudo interdisciplinar no âmbito da interface Educação Física - Sociologia, qual seja o de estudar como se estabelecem relações de reciprocidade e de auxílios sociais, políticos e econômicos entre Esporte e Cidade. Para darmos conta de um estudo consistente dessa relação, optamos por fazer um recorte que considerasse as aproximações e influências mútuas entre um conjunto de modalidades esportivas consolidadas em termos de prática hegemônica, no nosso caso o Voleibol, Basquetebol, Handebol e Futsal (e a GR); e uma cidade brasileira: Vitória, capital do Estado do Espírito Santo.

As modalidades foram eleitas por diferentes e importantes fatores, entre os quais: estão freqüentemente incluídas em programas esportivos de competições internacionais priorizados pela mídia (como foi o caso dos jogos Panamericanos de 2007 no Rio de Janeiro, e dos Jogos Olímpicos de 2008, em Pequim); se organizaram nos últimos anos de forma a manterem competições de nível nacional que despertam interesse da mídia e público, comumente realizados pelas suas confederações, mas com organização conjunta das "ligas" de clubes filiados. Essa escolha deu-se em função da opção abraçada pela administração da cidade de Vitória, em implementar uma lei específica de fomento ao Esporte de alto rendimento - a Lei N 5892, de 26/05/2003, denominada de "Jaime Navarro de Carvalho". Assim, nosso recorte temporal esteve centrado na institucionalização da relação mediada pela legislação municipal que permitiu à cidade estreitar as relações com o Esporte, em nome da responsabilidade civil pelo atendimento de direitos sociais do cidadão, nesse caso, o direito ao Esporte e Lazer.

O que temos aqui é uma tentativa de fazer um exercício de sociologia, no qual nos propomos lançar um olhar a partir de um fato que, a nosso ver, adquire significativa relevância acadêmica para interpretações das relações existentes: a implementação de Políticas Públicas de apoio ao Esporte de alto rendimento na cidade de Vitória, e de como isso repercute a favor dos cidadãos que ali vivem. Através de um olhar interpretativo sobre os dados levantados da relação entre a cidade de Vitória e as modalidades esportivas de alto rendimento aqui elencadas, cremos que estamos gerando material empírico para instrumentalizar a avaliação de Políticas Públicas de Esporte e Lazer no município e, dessa forma, possibilitando a potencialização da implementação dessas políticas, ou mesmo gerando outras que sejam porventura mais significativas.

Situando o Problema

Vitória, a capital do Estado do Espírito Santo, possui uma privilegiada estrutura adequada às práticas de Esporte e Lazer, com parques, praças, praias, quadras de Esporte e ginásios esportivos, entre outros equipamentos. A prefeitura mantém em funcionamento diversas Políticas Públicas na área de Esporte e Lazer, entre os quais se destacam: Programa Esporte e Lazer da Cidade; Escolinha de Esportes/Segundo tempo; Jogos Municipais dos Clubes, Lei Jaime Navarro de Carvalho (Adote um Atleta); Vitória no Cenário Nacional; entre outros. A existência de todas essas políticas faz parecer que possa existir um vínculo próximo entre a cidade de Vitória e uma intensa vida esportiva dos cidadãos. Isso foi algo que nos interessou bastante.

Desde 1991, a cidade é beneficiada por incentivos municipais, sobretudo pela lei Jaime Navarro de Carvalho, de modo especial depois de 2003, alguns clubes/associações montaram uma estrutura que permitissem formar grupos de atletas em condições de competir nos principais eventos nacionais das modalidades, em termos de nível técnico (as chamadas Ligas Nacionais). O apoio advindo dos recursos desta Lei e do Programa Vitória no Cenário Nacional, liberados pelo poder público municipal, atendeu às equipes preliantes nas modalidades escolhidas para esse estudo. O que possibilitou a

presença da seleção nacional permanente de Ginástica Rítmica (Conjunto), que esteve se preparando para o PAN 2007 e para os Jogos de Pequim 2008 no Centro de treinamento Jaime Navarro de Carvalho (espaço de treinamento da Prefeitura Municipal), isso sem dúvida representou uma iniciativa importante de vínculo entre Vitória e o Esporte de alto rendimento, mas, qual o envolvimento da cidade com esse fato e as repercussões para a cidade?

Diante dessas duas realidades de relação entre a cidade de Vitória e o Esporte de alto rendimento, acreditamos na pertinência das seguintes questões: considerando o tempo de implementação dos apoios aos clubes/associações para participação das Ligas Nacionais, qual o impacto da implementação dessa política sobre a cidade de Vitória? E quanto à presença da equipe nacional Ginástica Rítmica (conjunto) na cidade, que relação ela mantém com os cidadãos?

Objetivos

No sentido de tentar responder a essas indagações, traçamos como objetivos: a) Compreender como se estabelece ou não, um relacionamento próximo entre um modelo de vida esportiva e o cotidiano da cidade, de modo que possamos observar possíveis contribuições do Esporte para com a cidade e vice-versa; b) Identificar os possíveis impactos da implementação das Políticas Públicas de apoio ao Esporte de alto rendimento, via Lei Jaime Navarro de Carvalho, sobre a cidade de Vitória, considerando os aspectos esportivos, educacionais, sociais e econômicos. Semelhante objetivo pretende-se alcançar também em relação à presença da seleção nacional permanente de Ginástica Rítmica.

Metodologia

O estudo se caracterizou como sendo preponderantemente qualitativo, por isso, acreditamos que se fazia necessária uma revisão de literatura suficientemente ampla para que pudesse permitir as análises dos dados levantados. No que diz respeito ao trabalho de coleta de dados que nos possibilitasse encontrar respostas às nossas indagações, resolvemos levantar os impactos sobre a população em geral por meio de atores representativos, visto que captar tais dados por meio de atores sociais diretamente beneficiados seria demasiadamente pretensioso e de difícil operacionalização.

Passamos assim, a considerar como atores representativos os especialistas no âmbito do Esporte, nesse caso, tomando como critérios o envolvimento no campo via atuação profissional e a legitimação pelo conhecimento vinculado à função de analista, elegemos quatro grupos de atores: 03 (três) jornalistas esportivos (J), 03 (três) professores universitários que trabalham com a área de Políticas Públicas (P), 04 (quatro) Presidentes de federações esportivas do Estado (D) e 01 (um) gestor municipal (G). A exposição das falas dos atores deixando evidente a que grupo eles pertencem tem a finalidade de contextualizar a fala em relação à atividade do sujeito e de como ele entende o Esporte/Lazer e as Políticas Públicas.

Os dados foram coletados a partir da técnica de entrevistas semi- estruturada e gravadas. Como ponto de partida foram formuladas questões abertas a respeito da representação que os atores representativos têm da implementação da Política Pública de apoio ao Esporte de alto rendimento na forma como está sendo realizada. A partir de então, após a transcrição das entrevistas foi feito um agrupamento dos dados em duas grandes categorias, seguindo as recomendações de Sourieux e Lerat (2002): as percepções antagônicas e as percepções consensuais sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer

para a cidade, sobretudo para o Esporte de alto rendimento. Em cada categoria há um grupo de indicadores de avaliação, visando tornar mais compreensível as interpretações. Apesar do risco de encontrarmos respostas parciais para as nossas questões em função da metodologia escolhida, e a qual tivemos condições de trabalhar, cremos que foi possível encontrar pistas para entender e explicar nossas questões. Para tanto, a análise dos dados relativos às entrevistas, para além do confronto com a literatura, foi feita à luz dos referenciais da análise de conteúdo proposta por Sourieux & Lerat (2002).

Discussão

O Lazer é um direito social assistido pela Constituição, entretanto, ainda é comum a não valorização desta prática, assim como o pouco incentivo por meio dos órgãos responsáveis. Muitas vezes sendo visto apenas como práticas esportivas e, o pior, de contemplação, neste aspecto, o Esporte, enquanto fenômeno sócio-cultural é seguramente um dos mais importantes atualmente, e devido a isto requer uma maior atenção para as demandas da população. Ambos os objetos - Lazer e Esporte - têm sido tomados com o tratamento de direitos sociais pelos chamados governos populares (entre os quais se encontra a gestão da prefeitura Municipal de Vitória).

É importante se atentar para o aspecto de que a necessidade de Lazer vem variando de acordo com o momento histórico, e hoje presenciamos a vinculação dele a saúde; educação; turismo, e até ao combate a violência. Entretanto, o Lazer deve valer por ele só, sem a necessidade de outro objeto como suporte, ou como diz Marcellino, "[...] A felicidade, o prazer, não precisam de justificativas, bastam-se a si mesmos. A produtividade o caráter educativo, não são justificativas para o investimento, são conseqüências [...]" (2001, p.07).

Outro fator de preocupação é a forma como o esporte vem sendo manipulado, como estratégia de manutenção de eleitorados, muitas vezes por simples "ajudas" com material esportivo. Transformando a relação de tais políticas públicas em custo benefício. Segundo Linhares (2001) o esporte reflete os valores políticos e ideológicos da sociedade, mostrando assim que sem dúvida ele é uma das variáveis mais ponderáveis no estilo de vida atual, com isso "[...] é possível afirmar que a presença do Esporte no conjunto das ações do Estado significa que o fenômeno esportivo ao longo do tempo de sua história, adquiriu relevância e visibilidade pública [...]" (Linhares, 2001, p.54).

Nessa seção apresentaremos os dados coletados reunidos e interpretados a partir de dois grupos de categorias, denominados de percepções consensuais e percepções antagônicas em para o estudo e faremos exercício de interpretação dos mesmos à luz de nossos referenciais teóricos.

a) Percepções consensuais

- *Quanto à Política Pública de Esporte e Lazer em geral*

Há um consenso de que se faz necessário o investimento em praças esportivas destinadas a eventos de alto nível, grandes espetáculos, com equipes de ponta do cenário nacional. Os investimentos em praças esportivas dessa natureza têm sido discretos por parte do poder municipal, o qual recentemente reinaugurou um Ginásio (denominado Jones dos Santos Neves, antigo ginásio do DED) com boa estrutura para competições, mas com capacidade de público muito pequena.

Também se admite que a estrutura de praças esportivas para o desenvolvimento do chamado lazer esportivo precisa ser revista, visto que, ainda existe uma carência desses espaços disponíveis para as áreas mais carentes da cidade. Areias (2008), afirma que

pode haver desconexões entre teoria e prática, e isso se deve a estrutura social na qual estão inseridas as políticas, isto é, sem uma estrutura social que possibilite o exercício do Lazer como direito social, dificilmente as ações alcançarão esse fim. Isso é demonstrado pelos atores entrevistados: "Nós temos carências de praças esportivas que possam receber verdadeiramente eventos internacionais ou eventos que contemplem a grande maioria da população, mas isso é uma questão também pontual no Brasil" (J1).

Marcellino (2001) deixa claro que políticas de atividades e construção de equipamentos são muito importantes para a efetivação de programas de Lazer, contudo, a política do Lazer enquanto direito social pressupõe também, segundo o mesmo autor, uma concepção de Lazer adequada dos gestores, formação do pessoal em serviço e intersetorialidade das ações. Apesar disso, Areias (2008), afirma que pode haver desconexões entre teoria e prática, e isso se deve a estrutura social na qual estão inseridas as políticas, isto é, sem uma estrutura social que possibilite o exercício do Lazer como direito social, dificilmente as ações alcançarão esse fim.

É fácil no bojo dessas discussões encontrarmos críticas à política de construção de equipamentos justificadas no cumprimento do compromisso de promoção de Lazer ao povo e que tomam rumos divergentes dessa expectativa. Tal qual aconteceu, por exemplo, no caso do legado deixado pelos Jogos Panamericanos 2007 no Rio de Janeiro. Passado o evento, discute-se a localização dos equipamentos (como o estádio de futebol "engenhão"); a privatização desses equipamentos (o mesmo exemplo); a não democratização de acesso a esses equipamentos, entre outros fatores. Dessa forma, de pouco adianta somente a construção de equipamentos, se essa construção não é pensada na perspectiva do Esporte e do Lazer, para além do consumo pelo espetáculo, mas também com acesso à prática daqueles que detém os direitos ao Esporte e ao Lazer.

Outro ponto consensual nesse tópico é que uma parcela da mídia ainda desconhece muitas dificuldades enfrentadas por aqueles que fazem o Esporte, por não conhecer a especificidade de algumas modalidades, assim como dão ênfase maior (e isso é natural) a um pequeno número de modalidades e, por isso, têm-se dificuldades para que o Esporte como um todo receba contribuições homogêneas por parte da mídia.

Um bom exemplo é a Ginástica, que apesar de contar com bons resultados e ter um calendário extenso, tem um espaço eventual na mídia, deixando de dar contribuições mais efetivas ao desenvolvimento dessa modalidade. Esse tipo de situação aparece pontualmente em falas como essa: "dificilmente você pega um repórter que conhece [...], tem maior dificuldade de estar passando pra ele, porque ele não consegue entender, porque é uma coisa que é nova pra eles, aqueles que conhecem vão em cima fazem reportagem, mas, se ele sair, até você conseguir entrar em contato com o outro demonstrar para o outro é demorado, e eu sinto que o nosso esporte esta muito longe de merecer destaque embora termos [...] treinando no estado, defendendo o estado, nós tivemos uma repercussão muito boa, um resultado de Panamericano e de olimpíadas, e, no entanto, passou... isso aí parece que morre... difícil você tá em cima da mídia, se você não tiver um bom diretor de marketing" (D4).

Não podemos negar que a indústria midiática contribui de modo significativo na difusão do esporte enquanto elemento cultural, porque tem os recursos necessários a produzir o chamado efeito multiplicador (PIRES, 2002), efeito esse que mantém e amplia os gostos pela contemplação e prática do Esporte. Nesse sentido, tem-se que admitir a impossibilidade da segregação entre o esporte e a mídia, isto é, da participação da mídia na produção, difusão e transformação do Esporte (PIRES, 2002).

Contudo, apesar da relação imbricada da mídia com o Esporte, pode-se observar em muitos casos a fragilidade do conhecimento técnico desse objeto teórico por parte

daqueles que fazem a mídia. Um dos principais equívocos é a homogeneização das iniciativas e opiniões fundadas em desconhecimento conceitual do objeto Esporte. É notório, como nos diz Betti (1998), que para espetacularizar o esporte e utilizá-lo para a venda de produtos, a mídia chama quase tudo de esporte.

Um terceiro consenso é uma percepção geral de que a atual gestão municipal de Esporte Lazer trabalha para resgatar a imagem dos clubes da capital no cenário esportivo nacional e, conseqüentemente, a imagem do Esporte de alto rendimento do Estado, visto que é consenso a idéia de que os clubes estão falidos (desde a parte social), e sem apoio do poder público dificilmente conseguem alguma inserção na prática esportiva de alto rendimento. Ao que tudo indica é uma iniciativa que agrada aos atores sociais ouvidos, apesar da opinião geral de que essa é uma iniciativa louvável, embora devesse partir da Secretaria de Esporte do Estado (SESPORT).

"porque se gente tem campeonato de federação é porque a prefeitura de Vitória não só com o gestor João Coser, mas com gestores anteriores, viram que não adianta agente pensar que a equipe da prefeitura (capital) é forte se não ajudarmos a federação da capital, para que elas possam promover campeonatos regionalizados e até estaduais, para que isso force um fortalecimento da equipe da capital" (D3).

Todo o esforço pelo investimento no Esporte e o aceite dos atores sociais parece ser reflexo de um tipo de mecanismo de fabricação da chamada "Cultura esportiva" (PIRES, 2000). A discussão que se estabelece é se o poder público é quem seria o responsável pela animação desse mecanismo, ou se isso deveria ser uma tarefa atribuída à iniciativa privada. Isso será discutido adiante.

- Quanto ao atendimento aos objetivos dos incentivos via lei

As políticas públicas para o Esporte de alto rendimento em vitória se desenvolvem por meio de duas ações mais eficazes: o projeto Vitória no Cenário Nacional e a Lei de incentivo "Jaime Navarro de Carvalho". O primeiro atende a algumas equipes que representam o Esporte capixaba a nível nacional, mas a lei, essa atende a praticamente todas as federações. Nesse caso, os atores acreditam que a lei atende as demandas das federações, mas ainda é insuficiente para o desenvolvimento das modalidades, ao comentar que: "Hoje está chegando num ponto que só esse valor da prefeitura e do governo, já não consegue uma estrutura inteiramente profissional... Então pra você manter aí dez meses que normalmente é o contrato de comissão técnica e atleta, vamos botar aí 30 mil por mês... É insuficiente para a demanda, então você não pode reforçar sua equipe. Às vezes um torneio interessante para você jogar fora, se você gastar vai faltar para a competição" (G1).

As leis de incentivo, assim como outros recursos aplicados pelo poder público, constituem-se como ações do Estado para atender ao prescrito na constituição quanto aos direitos sociais, como no caso, o direito ao Lazer. Mas, no caso específico que estamos observando, a aplicação de recursos públicos no Esporte de alto rendimento, apesar de controverso, parece ser uma estratégia de ação do Estado para a manutenção de suas prerrogativas institucionais, as quais variam de acordo com as concepções políticas vigentes originadas tanto em matrizes marxistas quanto weberianas.

No âmbito do Esporte capixaba, a lei de incentivo cumpre função de Política Pública para tentar controlar a tensão dos atores sociais que militam nesse campo e assim exercer controle sobre a comunidade esportiva, através também do domínio do poder econômico sobre os mesmos. Em geral um dos limites da lei é que o financiamento se restringe à especificidade (técnicos e jogadores), mas, para o alto rendimento é preciso uma estrutura com muitos profissionais. Nesse caso, o financiamento somente consegue

atender a uma estrutura de "equipes médias" em relação ao cenário nacional, isto é, dependendo da modalidade não consegue se colocar entre os quatro principais do Brasil. Tal dificuldade é referido pelos atores: "porque é muito difícil manter essas equipes com recursos que aparentemente parecem até altos; mas para a realidade do esporte de alto rendimento, no fundo fica abaixo do que se pode pleitear para conseguir resultados mais expressivos" (G1).

Tenório (1995) e Belloni et al (2003) nos ajudam a entender que as ações administrativas precisam ser avaliadas em termos da relação custo-benefício e nas Políticas Públicas isso não é diferente. Dessa forma, ainda que os recursos aplicados pareçam atender a determinada demanda, são insuficientes se considerarmos que muitos estão de fora do processo bem sucedido, e são atendidos de maneira insuficiente ou não atendidos. Portanto, se com a aplicação de recursos se consegue somente a montagem de "equipes médias", não se tem resultados esperados quanto à aplicação em favor dos direitos sociais de todos, contrariando dessa forma a relação que constitui indicador de sucesso administrativo e compromete o alcance da efetividade social.

- *Quanto à democratização das políticas públicas de Esporte:*

Apesar de uma suposta democratização do acesso aos incentivos por via da lei Jaime Navarro de Carvalho pelo fato de muitas federações serem favorecidas, a grande maioria dos entrevistados acredita que a lei não atende de forma democrática porque privilegia casos isolados, atende muito a indivíduos e pequenos grupos. A falta de democratização não se relaciona somente com a falta de acesso restrito, mas também ao fato de que o apoio ao Esporte recreativo não se beneficia de qualquer lei municipal, para serem democráticas deveriam permitir o acesso do cidadão não somente no benefício, senão também no planejamento e controle dos recursos e para geração de novos atletas. Sobre este assunto um dos professores entrevistados comentou: "O eu sei é que existem leis de incentivo... A lei Jaime de Navarro e também que incentiva os atletas, que incentiva a democratização do esporte. Mas pra dizer a verdade essa parte eu não vejo acontecer" (P3).

A Política Pública e a lei em especial, para serem democráticas deveriam permitir o acesso do cidadão não somente no benefício, senão também no planejamento e controle dos recursos. É preciso democratizar as práticas esportivas em geral, incentivar as práticas de lazer, não somente por ser um direito também, mas porque é possível a descoberta de atletas potenciais nesses momentos. Identificamos falas relacionadas a esse ponto: "Primeiro que eu penso que tinha que estar mais democratizado, e segundo que esse trabalho tinha que ser feito com um cunho muito mais educativo, para que todos os sujeitos possam participar efetivamente e se preocupar com o trabalho que é feito para com esses jovens com esses adolescentes, não colocando o esporte como uma única referencia" [P1].

Mascarenhas (2003) e Marcellino (2001) se referem à democratização no e pelo Lazer a partir de mecanismos de participação dos indivíduos nas diversas fases de implementação das Políticas Públicas, desde a concepção original, planejamento, participação nas ações e avaliação do processo. Pateman (1992) também discute essa questão, mas, para essa autora, essa participação no tempo e espaço do Lazer é uma condição de educação do indivíduo para participação na política, nas esferas democráticas como um todo. Portanto, as ações políticas promovidas pela lei de incentivo devem promover a participação cidadã do indivíduo no processo, com envolvimento administrativo e acesso às práticas, não somente para serem

caracterizadas como democráticas, mas para auxiliar no processo de educação à democracia nas diferentes esferas de sua vida civil.

b) Percepções antagônicas

- *Quanto às responsabilidades das Políticas Públicas para o Esporte de alto rendimento:*

Para uma parte dos entrevistados, o poder público deve investir em atletas (de modalidades olímpicas e não olímpicas) na ponta, isto é, nas categorias principais. Esse suposto "dever" do poder público se justificaria por três razões. A primeira é que esse tipo de investimento é necessário, uma vez que isso gera sentimentos de pertencimento no povo, que passa a torcer por equipes do município. Em segundo lugar, a existência de atletas de ponta no município representa referência de ídolos para os garotos, os quais passam a se interessar mais pelas práticas e procuram as escolinhas.

"[...] então eu acho que é preciso que se tenha uma política pública mais direcionada, que exista objetivos... Não apenas criar escolinhas pra dar só a chance do garoto ir lá jogar a bola e ir embora pra casa. Não! a coisa é muito mais abrangente do que isso aí. Eu acho que é uma filosofia" [J3].

Finalmente, a existência de Esporte de alto rendimento com atletas de referência atrai público para os jogos, os quais passam a se constituir em alternativas de lazer. É bem verdade que é um lazer de consumo, por meio do Esporte espetáculo, mas que mantém as relações de pertencimento. Em relação ao lazer surgem fortes comentários: "Na execução desses calendários, a federação [...] não faz nada em relação ao lazer, apenas para as pessoas que vão assistir. A finalidade principal é de fomentar o esporte de alto rendimento" (D2).

Por outro lado, há muitos que defendem a idéia de que a iniciativa privada é quem deveria incentivar o Esporte de alto rendimento, sobretudo nas equipes de ponta, via fomento do Estado, com estratégias mais significativas do que descontos percentuais pequenos na tributação. Com o apoio da iniciativa privada às equipes de ponta, o poder público poderia concentrar seu apoio nas categorias de base.

"Na minha concepção, as políticas públicas deveriam estar atreladas as iniciativas privadas, estas sim, deveriam ser incentivadas a investir no esporte que aqui eles chamam de alto rendimento" [P2].

Há quem faça (mesmo com opinião dupla) um equilíbrio entre as duas concepções hegemônicas, concordando que os incentivos nas equipes de ponta ajudam a criar referências em ídolos, mas a base é importante, porque ela pode gerar futuros ídolos. Nesse caso, há uma relação de interdependência, isto é, se a base precisa de referências locais, é verdade também que uma boa base pode fornecer tais referências.

"A ligação é muito forte, porque o alto rendimento é o espelho pra base. Não existe nada sem referencia. Se você não tem o alto rendimento, você até vai ter a base, mas terá muita dificuldade de criar uma referência pra ela" [D2].

Quando consultamos a literatura, encontramos um intenso debate, principalmente entre os economistas, sobre essa questão dos investimentos públicos ou dos incentivos estatais a empresas ou instituições de interesse privado. No nosso caso específico, estamos tratando de clubes esportivos e/ou pessoas físicas com interesses próprios para além do envolvimento em causas de interesse público. Do ponto de vista do investimento público em pessoas jurídicas particulares é algo indiscutível, porque (é) ilegal e imoral. Contudo, discute-se muito a questão dos incentivos. Nesse particular, muitos especialistas, entre os quais Brant (2003) e Sarkovas (1998, 2006), argumentam

que o Estado tem o dever de fomento à cultura, e atrelamos a esse dever também o Esporte, enquanto manifestação da cultura e direito social.

Porém, os autores dizem que os investimentos em grande parte podem e devem ser das empresas, porque representam uma estratégia de comunicação entre a empresa e seus clientes. Dessa forma, o investimento público tem a função de estimular o privado. Não se trata somente dos incentivos por descontos em impostos, porque isso é irrisório para as empresas, e nem representa um investimento, uma vez que continua a ser dinheiro público (repassado). No caso específico dos investimentos em esporte de alto rendimento em Vitória, questões devem ser formuladas: há geração de ídolos? (Quem são? São mesmo ídolos? São capixabas?); as modalidades beneficiadas têm gerado maior adesão de praticantes e expectadores (há dados disso?); Os resultados das equipes são considerados satisfatórios pelos cidadãos?

- *Quanto à responsabilidade de investimento em Esporte de alto rendimento na base:*

Nesse tópico as querelas são muitas. A primeira delas, e retomando a idéia daqueles que acreditam que quanto ao Esporte de alto rendimento, a Secretaria Municipal de Esportes deveria investir na base, os dados indicam é que essa secretaria se descuida da base. Apesar de existir algum apoio às categorias juvenis (sub 17 anos) e um apoio particular à Ginástica em função de sua especificidade, além de certa exigência mínima por parte do financiamento da Lei Jaime Navarro de Carvalho, segundo os entrevistados o trabalho com a base em geral não recebe apoio. Além da falta de estrutura multiprofissional, mesmo na Ginástica, não há intercâmbios internos e externos ao Estado, e isso faz muita falta ao trabalho de formação ao Esporte de alto rendimento. Em relação à procedência de verbas surgem as colocações:

"Na minha visão esse tipo de verba deveria vir da iniciativa privada, e a verba da lei Jaime Navarro deveria ser muito mais usada nas escolhinhas, na iniciação esportiva, com boa estrutura com equipamento adequado" (J3).

Entretanto, no outro lado do discurso - o hegemônico - a crença é de que o local de formação da base para o Esporte de alto rendimento é a escola. Os que assim defendem, o fazem por dois motivos: primeiro por que há o consenso de que os clubes estão falidos, desde suas expressões sociais, isto é, a maioria das pessoas prefere seus condomínios aos espaços sociais dos clubes e, assim, ficam sem condição estrutural para desenvolver o Esporte.

"O trabalho de base deveria ter sido feito no Brasil desde 1500, hoje eu acho muito mais importante que é o esforço de prefeitura fazer a categoria lá de cima. Os clubes estão falidos, quem ficaria treinando uma categoria de base, sem material adequado e de graça? [...] então a base é escolar, se você pensar no esporte americano é escolar, mediano é universitário, e alto nível é as federações nos clubes, mas isso não existe aqui mais. Só que aqui a gente não tem mais universitário no Estado. Hoje o clube pega tudo, mas cadê o ápice do esporte? Deixa a molecada jogar na 4ª série na 5ª série, a base é escolar. Deixa seus municípios jogar com seus 11, 12, 13, 14. Daqui a pouco temos aí 17, 20, jogando nos clubes com bolsas" [D3].

Mas, também há a idéia fixa, sobretudo espelhada no modelo americano, de que a escola deva ser o local da iniciação esportiva com vistas a descobrir e favorecer o primeiro desenvolvimento necessário ao Esporte de alto rendimento. Diante dos pontos ligeiramente comentados no tópico anterior, a discussão sobre o investimento na base dos clubes fica desprovida de sentido. Quanto ao investimento na base para o esporte de alto rendimento via as escolas, aí a polêmica se instala. Caparroz (1998), Bracht (2000) e Assis (2001), são alguns dos estudiosos brasileiros que têm discutido e refutado que a

escola seja o lócus para o desenvolvimento do Esporte de alto rendimento. Os argumentos desses autores se fundamentam na idéia de que a escola é o lugar da Educação, e a Educação Física é a responsável pela socialização dos conteúdos da cultura corporal de movimento; e o Esporte enquanto conteúdo deve ser partilhado de forma inclusiva, lúdica e pedagógica.

Todos esses argumentos nos convencem, entretanto, podemos pensar na escola enquanto apenas lócus predial, isto é, o ambiente em que Políticas Públicas podem ser implementadas em intersetorialidade. Onde as crianças e adolescentes vivenciam seus currículos formais, porém, com oportunidade de dar vazão às suas habilidades. Assim, o investimento aqui é no sentido de atender a direitos, no caso, o de desenvolvimento de habilidades, que pode ser o da prática esportiva, música, teatro, ou qualquer outra que meninos e meninas vislumbram, mas não têm possibilidades de acesso (por que não há instituições locais, ou porque essas estão quebradas e são seletivas). Daí se falar em intersetorialidade, porque envolve investimentos e ações de várias vertentes administrativas e de várias especialidades técnicas que podem e devem atuar em conjunto.

- *Quanto às consequências dos incentivos via lei:*

Embora tenhamos encontrado consenso quanto ao atendimento dos incentivos e ao uso da lei de incentivo ao Esporte de alto rendimento através do apoio às federações e equipes de ponta, encontramos também indícios de que os incentivos, como a isenção de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) aos clubes que disputam competições em três modalidades olímpicas, e também o incentivo via lei Jaime Navarro de Carvalho, geram alguma dependência nas federações e até nos clubes. Estes, contando com tais incentivos parecem se acomodar e assim muito pouco fazem para o desenvolvimento do Esporte através de iniciativas próprias. A partir desse tipo de pensamento é possível ver uma limitação na política de incentivos no município. Em relação a tal dependência um dos dirigentes esportivos faz sua colocação: "Quando eu comentei que sem ela as federações não conseguiriam sobreviver, tem o lado bom e o lado ruim nisso aí né? O lado bom, é que a gente tem o financiamento [...] Por outro lado, isso gera uma situação nas federações de dependência, muitas federações não se movimentam para além do que elas têm pra receber da lei Jaime" (D2).

Em sentido contrário, o discurso de quem defende a lei e os incentivos diz que através destes há a geração de uma cadeia econômica na cidade, com vinculação direta ao desenvolvimento do turismo, outro fator pontual é a movimentação financeira por meio dos compromissos tributários e como lócus empregador de determinadas categorias profissionais. Os clubes e as federações em extensão representam, portanto, oportunidades de trabalho para inúmeros indivíduos. Então, quando o poder público injeta recursos nessas instituições, movimenta um tipo de mercado e mantém determinados empregos. Enquanto esses empregos existem, as instituições e indivíduos estão satisfeitos.

Por isso, muitas vezes basta às instituições a injeção de recursos públicos, como basta para muitos municípios brasileiros o simples repasse do Fundo de participação dos Municípios (Recurso repassado pelo governo federal por força de lei). Sem exigências do poder público há um grande risco de acomodação. Um aglomerado de estudiosos reunidos em uma obra de Earp (2002) corrobora com essa dedução, contudo, deixa claro que a injeção de dinheiro público como incentivo às instituições que promovem o desenvolvimento da Cultura, Esporte e Lazer, promove um movimento desejado na economia local e mesmo nacional. Nesse caso, é preciso que se exijam contrapartidas

das instituições, de forma a buscar a parceria público-privada nos patrocínios, e potencializar os ganhos de movimentação da cadeia econômica.

Considerações Finais

Podemos concluir mediante aos dados que tivemos acesso (falas de atores representativos) que para os indicadores de funcionamento qualitativo das Políticas Públicas indicados por Belloni et al (2003) as iniciativas do poder público em Vitória não vem alcançando bons resultados. Do ponto de vista mais geral, a eficiência aparece, na medida em que as equipes auxiliadas competem em níveis médios, levam público às praças esportivas, e alcançam resultados classificatórios médios (não ficam entre os primeiros, mas também não ficam entre os últimos).

Mas, se considerarmos que eficácia se mede por resultados finais, e as expectativas prévias dos investimentos não parecem ser alcançados em plenitude, então o investimento não é eficaz. Agora, se perguntarmos pelos ídolos, matrículas de escolinhas, médias de público nas praças esportivas, e pelos sentidos de pertencimento capaz de qualificar uma cultura esportiva, então os atores parecem não perceber uma efetividade social nas Políticas Públicas implementadas para o Esporte de alto rendimento. É possível que os problemas de eficácia e efetividade social estejam atrelados às abordagens conceituais de Esporte e Lazer que subjazem a implementação das Políticas Públicas de fomento ao desenvolvimento em alto nível das modalidades apontadas nesse estudo.

Embora com muito sucesso atual na mídia, mas sem a consolidação de outras modalidades esportivas coletivas, a Ginástica Rítmica (GR) ganhou notoriedade na capital do Estado do Espírito Santo e, pode-se dizer que, a presença da seleção nacional permanente (Conjunto), sem dúvida representou uma iniciativa importante de vínculo entre Vitória e o Esporte de alto rendimento. Diante de tudo isso, parece que no que diz respeito à GR a política de incentivos da prefeitura vem dando certo (ao contrário das outras modalidades), muito embora, pela característica de excelência do trabalho não se possa dizer que a atividade seja democrática no acesso, embora venha cumprindo suas funções, inclusive colocando Vitória no cenário nacional.

Enfim, pode-se dizer que em relação ao impacto das Políticas Públicas para o Esporte de alto rendimento em Vitória, elas carecem de eficácia e efetividade social para que de fato sejam eficientes. Admite-se certa vantagem em relação a essa avaliação embrionária com relação à GR, a qual consegue algum impacto no que se refere aos indicadores eficiência, eficácia e efetividade social.

Referências Bibliográficas

AREIAS, K. T. V. Programa Esporte e Lazer da cidade em Vitória-ES: Uma breve análise a partir da concepção de lazer dos gestores. Monografia de finalização de curso. Vitória: UFES, 2008.

ASSIS DE OLIVEIRA, S. Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica. Campinas: Autores Associados, 2001.

BELLONI, I. et. al. Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2003.

BRACHT, V. Esporte na escola e esporte de rendimento. Movimento. Porto Alegre. Ano 6, n.12, p.14-19, jul.2000.

BRANT, L. (org). Políticas culturais. Vol. I. SP: Manole. 2003.

CAPARROZ, F. Entre a Educação Física na Escola e a Educação Física da Escola. 1998.

CONSTITUIÇÃO, Federal do Brasil de 1988.

EARP, F. S. (org.). Pão e Circo - Fronteiras e perspectivas da Economia do Entretenimento. Rio de Janeiro: Palavra e Imagem, 2002.

LINHALES, M. A. Jogos da Política, Jogos do Esporte, subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). Lazer e Esporte: políticas públicas. Campinas, SP: Autores Associados, 2001

MARCELLINO, N. C. Lazer e Esporte: Políticas Públicas. Autores Associados, 2001.

MASCARENHAS, F. Lazer como Prática da Liberdade. ed. UFG, Goiânia 2003

PATEMAN, C. Participação e Teoria Democrática. Rio de Janeiro; Paz e Terra. 1992

PIRES, G. De L. P. A Educação Física e o discurso midiático: abordagem crítico-emancipatória em pesquisa-ação no ensino de graduação. Subsídios para a saúde? Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2.000, Tese (doutorado em Educação (Física), Faculdade de Educação Física, Unicamp.

_____. Educação física e o discurso midiático: abordagem crítico-emancipatória. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

SARKOVAS, Y. O sistema injusto das leis de incentivo fiscal. Entrevista dia 24 de Maio de 2006, ao site www.culturaemercado.com.br, acesso dia 07/02/2009.

SOURIOUX, J.L. & LERAT, P. Análise de texto. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

TENÓRIO, F. G. (org). Avaliação de Projetos Comunitários: abordagem prática. SP: CEDAC: Loyola, 1995.

WEBER, M. Política como Vocação. In: _____. Ensaios de Sociologia. 5a. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982

ENDEREÇOS:

GRECE TELES TONINI – Rua Linhares 1395 Guriri São Mateus – ES. CEP: 29946-520. Fone: (27)37611599 / (27)98807693 – E-mail: grecet@yahoo.com.br.

CARLOS NAZARENO FERREIRA BORGES – Av. Anísio Fernandes Coelho, 301/103, Bl.A - Jardim da Penha – Vitória/ES. CEP 29060-670. Fone: (27) 88174020. E-mail: carlosnazareno@ufv.br.

Keni Tatiana Vazzoler Areias – Av. Hugo Viola, nº 250, aptº 401, Jardim da Penha – Vitória/ES. CEP: 29.060-420. Fone: (27) 3314-0837/ (27) 8127-0004. E-mail: kenivazzoler@yahoo.com.br

Projeto de pesquisa que foi apoiado pelo Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória (FACITEC).

RECURSO TECNOLÓGICO: DATA SHOW